Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ata da 110ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural

Nos dias dezesseis e dezessete do mês de setembro de 2025, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para sua 110ª reunião ordinária, sob a presidência do Presidente do Iphan e Presidente do Conselho Consultivo, Leandro Grass. Participaram remotamente as(os) conselheiras(os) Samara Candeira Pinho de Souza (Ministério da Igualdade Racial); Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (ABA); Márcia Chuva (ANPUH); Flávio de Lemos Carsalade (ICOMOS); Loredana Marise Ricardo Ribeiro (SAB); Alessandra Ribeiro Martins (Sociedade Civil); Carlos Eduardo Dias Comas (Sociedade Civil); Luciana Gonçalves de Carvalho (Sociedade Civil); Nadia Somekh (Sociedade Civil); Tânia Nunes Galvão Verri (Sociedade Civil); Naine Terena (Sociedade Civil); e Joaquim Kaxinawá (Sociedade Civil). Participaram presencialmente as(os) conselheiras(os): Gustavo Rocha-Peixoto (Sociedade Civil); Flávia Brito (IAB); Rafael Costa Morgado (Ministério do Turismo); Damiane Santos (Ministério da Educação); Fernanda do Nascimento Thomaz e Guilherme Bruno dos Santos (em momentos alternados, ambos representando a Fundação Palmares); Sylvia Ficher (Sociedade Civil); Nelson Inocêncio (Sociedade Civil); Rafaela Alves Felício (IBRAM); Natalete Oliveira da Silva (Ministério da Cultura); Isabela Oliveira Pereira (Ministério das Cidades); José Ricardo Oriá Fernandes (Sociedade Civil); e Cristovam Buarque (Sociedade Civil). Givânia Maria da Silva (Sociedade Civil) e Márcia Genésia de Sant'Anna (Sociedade Civil) justificaram suas ausências. Ministério dos Povos Indígenas e Ministério do Meio Ambiente não se fizeram representar. Às catorze horas do dia dezesseis de setembro o Presidente abriu a reunião dando boas-vindas aos conselheiros e todos os participantes, agradeceu a pontualidade e participação de todos, mencionou que como de praxe a reunião estava sendo transmitida ao vivo pelo canal do Iphan no Youtube, pois as reuniões são sempre públicas, cumprimentou os convidados que estavam presentes no auditório. O Presidente informou que **a pauta** dessa reunião é composta de três processos e alguns informes. No primeiro dia serão tratados o processo de Tombamento da Casa de José Lins do Rego e o Processo de Tombamento da Pedra Fundamental da Capital Federal. No segundo dia a pauta trata da Rerratificação do Tombamento de Petrópolis, cujo processo recebeu dois pedidos de impugnação que já são de conhecimento das(os) conselheiras(os) e serão detalhados e debatidos no segundo dia da reunião. No segundo dia haverá também informes sobre a construção do Sistema Nacional de Cultural e o papel que este Conselho Consultivo terá nessa construção. A Conselheira Nadia Somekh propôs uma homenagem à Conselheira Ruth Verde Zein, que faleceu no último dia 21 de agosto, que nos deixou um legado incrível. Seu falecimento foi uma grande perda. O Conselho fez um minuto de silêncio em homenagem à Conselheira Ruth Verde Zein. Após o minuto de silêncio, o Presidente passou aos informes sobre a solicitação de mudança de nome de um bem tombado e sobre a COP 30. O presidente passou a palavra ao **PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, JOÃO JORGE RODRIGUES** , que fez uso da palavra para tratar do requerimento de **alteração do nome do bem tombado "Antigas Docas Dom Pedro II",** no Rio de Janeiro, para **"Armazém Docas André Rebouças"**. O **Presidente da Fundação Cultural Palmares** deu boa tarde a todos e todas, disse que estava naquele momento no Armazém Docas André

Rebouças, onde haviam acabado de fazer um evento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com as comunidades. Explicou que o engenheiro André Rebouças construiu aquele espaço e esse é o principal ponto e a principal motivação da proposta de alteração do nome do bem tombado. Afirmou que colocar o nome dele era necessário, pois ele foi construtor de tantas coisas, foi solicitado a fazer o Armazém, deixou esse legado, de modo que a mudança de nome atualizaria a memória afro-brasileira, por isso a Fundação Cultural Palmares dirigiu o requerimento de mudança de nome ao Iphan, em homenagem a esse ilustre engenheiro, que construiu tanto durante o império brasileiro, para dar visibilidade a este personagem histórico, herói negro, do setor da engenharia e da arquitetura. O Presidente da Fundação Cultural Palmares concluiu sua explanação aos Conselheiros explicando que o Iphan ajudaria nessa iniciativa fazendo essa homenagem, concretizando essa mudança de nome, para o bem que passaria a se chamar "Armazém Docas André Rebouças". Foi apresentada assim a solicitação formal da Fundação Cultural Palmares ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para a alteração do nome do bem tombado. **O Presidente Leandro Grass** agradeceu, falou do resgate histórico que a mudança de nome proporciona, informou da obra de restauro do bem tombado que já estava aprovada, com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, que será executada com o apoio da Fundação Cultural Palmares, dialogando com a comunidade, para fazer a entrega de um centro de referência da memória africana no Brasil. O Presidente também deu as boas-vindas à Conselheira Fernanda Thomaz, que assumiu como Conselheira titular representante da Fundação Cultural Palmares, que também fez uso da palavra na apreciação do pedido de alteração do nome formulado. A **Conselheira Fernanda Thomaz** reforçou que estavam no prédio do Armazém Docas, que a Fundação Cultural Palmares fez essa solicitação da mudança de nome para promoção de um resgate histórico da contribuição afro-brasileira e agradeceu por submeter o tema ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. O Presidente Leandro Grass agradeceu à Conselheira Fernanda Thomaz e passou a palavra ao Diretor Andrey Schlee. O **Diretor Andrey Schlee** informou que o presidente Leandro Grass encaminhou essa solicitação da Fundação Cultural Palmares ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização - Depam, que a encaminhou à coordenação de reconhecimento, que preparou nota técnica concordando com a alteração do nome, sugerindo encaminhar o pedido ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Em seguida, posicionou-se, sob a perspectiva técnica, favoravelmente à alteração do nome no livro do tombo, não havendo necessidade de votação quanto ao valor cultural, histórico e artístico do bem tombado, pois a proposta não requereu a alteração destes. Mencionou ainda que já houve no passado alterações de nomes de bens tombados, como foi o caso da Coleção Nosso Sagrado, e agora essa alteração de nome do Armazém Docas Dom Pedro II para Armazém Docas André Rebouças. O **Conselheiro Cristovam Buarque** pediu a palavra para manifestar que considera muito oportuna e muito pedagógica a mudança de nome, para que o nome do André Rebouças esteja ainda mais presente. Registrou que há túneis, pontes, em nome dele, que foi um importante líder abolicionista, um herói brasileiro, que merece muito ter seu nome registrado no livro de tombo. Quando se fala em mudar o nome, pode ser que alguém questione o porquê de criar outro espaço com o nome dele. No entanto, trocar o nome de Dom Pedro II, do ponto de vista do Conselheiro, é uma elevação no nível do reconhecimento. André Rebouças foi junto com Dom Pedro II para o exílio, e morreu no exílio, no ano de 1898, quase dez anos depois da Proclamação da República, sempre fiel ao que ele considerava na época, assim como muitos outros abolicionistas consideravam, que a monarquia seria uma opção melhor para o Brasil. O Conselheiro parabenizou e aquiesceu à iniciativa. O **Presidente Leandro Grass** agradeceu. Seguiu aberta a palavra para considerações dos Conselheiros. Não havendo mais inscritos, houve aprovação formal dos Conselheiros sobre a alteração do nome a ser registrada no processo de tombamento

respectivo. O Presidente declarou, assim, **aprovada a alteração do nome do bem tombado Antigas Docas Dom Pedro II", no Rio de Janeiro, para "Armazém Docas André Rebouças" pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Participaram presencialmente os conselheiros Gustavo Rocha-Peixoto, Cristovam Buarque, Sylvia Ficher, Flávia Brito, Natalete Oliveira, Rafael Morgado, Nelson Inocêncio, Ricardo Oriá, Rafaela Felício e Damiane Santos e, virtualmente (na modalidade remoto), Nádia Somekh, Luciana Gonçalves, Alessandra Ribeiro, Carlos Eduardo Comas, Marcia Chuva, Regina Abreu, Samara Candeia, Guilherme Bruno dos Santos, Flavio Carsalade, Isabela Oliveira Pereira e Tânia Verri. Em seguida, o **Presidente Leandro Grass** parabenizou a Fundação Cultural Palmares, que tem feito um trabalho fundamental para a memória da cultura africana do país. Explicou que o Iphan procederá à inscrição da alteração do nome no livro do tombo e fará a adequada divulgação, tornando esse bem cultural cada vez mais popular e democrático. O **Presidente da Fundação Cultural Palmares** agradeceu, afirmou que já estavam no prédio do Armazém Docas André Rebouças comemorando, lembrou que o armazém estava abandonado há dois anos, quando iniciada a nova gestão, e da alegria em hoje saber que já há projeto de reforma a ser executado, há reativação, há muito a comemorar. Exaltou, por fim, o fato de estar, naquele momento, na casa da democracia, na casa de André Rebouças, na casa dos brasileiros. Todos aplaudiram. O **Presidente Leandro Grass** passou ao informe acerca da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e do Acordo de Paris, a COP 30. Explicou que já foi enviado por e-mail aos conselheiros um informe da Assessoria Internacional do Iphan e do Departamento de Articulação, Fomento e Educação –DAFE do Iphan sobre a COP 30, que será realizada em novembro em Belém do Pará. Ali estão detalhadas as atuações do Iphan referentes ao tema patrimônio e mudanças climáticas. A Secretaria-Geral da Presidência da República solicitou que os Conselhos Nacionais façam suas contribuições para a Agenda de Ação da COP30, no que se refere a participação social, por meio de um único formulário a ser preenchido pela Plataforma Brasil Participativo (PBP). Para tanto, o Ministério da Cultural solicita que os(as) conselheiros(as) preencham um formulário, cujo link lhes foi enviado quarta-feira passada, mas pode ser reenviado se precisarem (https://forms.office.com/r/76Qas6puP6). Esse formulário que irá coletar as contribuições para que, posteriormente, a secretaria-executiva do Conselho Nacional de Políticas Culturais do MinC possa centralizá-las e encaminhá-las para a PBP (Plataforma Brasil Participativo). A data máxima para envio das contribuições é dia 24/09/2025. Nesse momento o Diretor Andrey Schlee retomou a palavra para retomar a homenagem à Conselheira Ruth Verde Zein. Mencionou que da última reunião para essa, perdemos três personalidades que já atuaram como conselheiros neste Conselho: o Embaixador Azambuja, o arquiteto Carlos Lemos e, por fim, apenas por duas reuniões, infelizmente, a colega Ruth Verde Zein. Serão lembrados ainda muitas vezes, pois nos deixaram não só lições, mas sobretudo maneiras de se colocar frente ao patrimônio e lutar pelo patrimônio. O Presidente falou da muito oportuna homenagem e memória. Após, passou-se aos demais itens de pauta. Para o primeiro processo, do **TOMBAMENTO DA CASA DE JOSÉ LINS DO REGO (ENGENHO CORREDOR), EM PILAR, NA PARAÍBA,** o relator designado foi o Conselheiro Gustavo Rocha-Peixoto. O Presidente passou a palavra ao Diretor Andrey, que fez uma exposição sobre o bem. Andrey passou a palavra à Coordenadora Vanessa Maria Pereira, que fez a apresentação 6725855, descrevendo o Engenho Corredor, casa da infância do escritor Jose Lins do Rego, mostrando que a casa segue na família, que a trata com muito carinho, a transformou em local de atividades educacionais e culturais, a família tem apego muito grande com essa memória, que tem uma arquitetura utilitária, simples, de uma típica casa de fazenda, que atualmente está sem os móveis da época. O engenho está em ruínas, o tombamento não tem a intenção de preservar o objeto como ruína, mas sim preservá-lo de tal forma a servir

para atividades educacionais no futuro. Mostrou que a senzala também foi restaurada, hoje funciona como um depósito, mas entende-se que deve fazer parte do conjunto tombado, pela memória de dor, do contexto ligado à escravidão. Hoje se encontra muito mais bem conservada do que o próprio engenho. Quanto ao processo, esse bem é classificado como conjunto arquitetônico, representa o modo de vida de uma época do Brasil, além de ser uma importante referência na obra literária de José Lins do Rego. Representa um período da história do Brasil e tem expressivo valor simbólico. A área de entorno proposta tem limites físicos visíveis e identificáveis: a linha ferroviária e a margem do rio. A área proposta conecta o Engenho aos modais de transporte ferroviário e fluvial. Mostrou ainda algumas imagens da área de entorno, com característica bastante rural. O tombamento visa trazer para o patrimônio cultural a base de toda a produção literária desse grande romancista brasileiro que foi José Lins do Rego. O Presidente agradeceu e passou a palavra ao **Conselheiro Relator Gustavo Rocha-Peixoto**, que cumprimentou a todos e leu seu parecer (6725865), fazendo também uma apresentação com imagens sobre o bem em questão e referências ao parecer que estava sendo lido (6725879) . O **Presidente Leandro Grass** agradeceu o excelente parecer, que mostra com tanta clareza a importância da Paraíba na cultura brasileira e a grandeza desse importante brasileiro, que nos deixa um importante legado sobre esse Brasil profundo. Agradeceu à equipe do Depam, da Superintendência do Iphan na Paraíba e todos aqueles que se envolveram nesse processo. Abriu para o debate. A **Conselheira Sylvia Ficher** parabenizou o Conselheiro Gustavo por seu magnífico parecer e pela aula que nos proporcionou com essa leitura. Chamou a atenção para a preocupação exposta no parecer com o "valor cultural do bem tombado", pelo paralelo entre o edificado físico e a obra de José Lins do Rego. Bom exemplo do vínculo forte entre bem material e bem imaterial, que o relator colocou com uma propriedade imensa. Ela apontou, ainda, as propostas do arquiteto Danilo Matoso Macedo, o qual defende que a documentação sobre o bem tombado faça parte integral do seu tombamento. Por exemplo, ao se tratar de um bem característico da arquitetura moderna, que todo o processo de elaboração de projeto e de execução da obra faça parte de seu tombamento, além da dimensão do que foi vivido ali, com a associação entre o físico e o imaterial. O **Conselheiro Carlos Eduardo Comas** afirmou ser um reconhecimento estético, com ampliação conectada e vinculada, sugerindo inscrição também no livro de belas artes. O **Conselheiro Cristovam Buarque** felicitou o relator pelo parecer e agradeceu a aula que foi dada. Perguntou se o Iphan tem algum livro com a lista das casas de escritores que são patrimônio histórico. Semana passada perdemos o Luís Fernando Veríssimo, perguntou sobre a casa onde Luís Fernando Veríssimo morou com o pai Érico Veríssimo, também grande escritor. Questionou quanto tempo será que levará para virar um arranha-céu e sobre como podemos proteger e preservar a memória desses dois grandes escritores. O Conselheiro Cristovam Buarque gostaria de ter acesso, caso exista uma listagem de casas tombadas de escritores brasileiros. Mencionou ainda que a casa onde morou Clarice Lispector está em condições tristes. O Presidente Leandro Grass respondeu que o Iphan não tem ainda uma publicação específica sobre isso, há casas situadas em conjuntos tombados, mas em muitos casos não houve solicitação de tombamento individual. Essas demandas devem partir dos proprietários, dos interessados. Havendo a demanda, o Iphan dará andamento. Mencionou que está havendo uma discussão importante sobre acervos também, em conjunto com o Ibram, para além da patrimonialização, há o desafio da difusão, da manutenção, da gestão desses espaços. Quer-se evitar que esses importantes pontos virem arranha-céus e percam a sua importância simbólica na memória da cultura brasileira. O Diretor Andrey Schlee mencionou que há apenas seis ou sete casas de escritores que estão acauteladas. O Iphan não desenvolveu um projeto de inventario ou proteção de um conjunto de pintores, ou de escritores. Há até mais casas tombadas de arquitetos do que de escritores. A Conselheira Flávia Brito (IAB) também parabenizou o conselheiro

Gustavo Rocha-Peixoto pelo voto tão importante. O Presidente Leandro Grass mencionou que existe uma matriz de pensamento, de Gilberto Freire, que dialoga com toda essa originalidade do Brasil rural, escravocrata, essa abordagem dos engenhos, essa suposta amizade, essa suposta convivência pacífica, que omite o contexto que era violento e opressor, sendo essas críticas mal elaboradas a esses autores, que estariam ocultando uma realidade e defendendo uma suposta democracia racial no Brasil. São mal elaboradas porque se não houvesse esses escritores, a crítica feita por Florestan Fernandes e outros pensadores, a esse ambiente que não tinha nada de fraterno, ou seja, para que se chegasse a essa crítica, foi necessário antes a obra dessas pessoas, que trouxe com objetividade essas relações. Como foi importante o pensamento de Gilberto Freire sobre a obra de José Lins do Rego, para referenciar este debate. Os proprietários desses imóveis que antes oprimiam, hoje em dia ofertam projetos culturais. Esses espaços viraram pontos de memória sobre o debate étnico racial brasileiro. São importantes do ponto de vista arquitetônico, histórico e sociológico. Nada mais havendo a debater, passou-se à votação nominal. O tombamento foi aprovado por unanimidade. O Presidente proferiu o resultado: **DECLARO APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO, POR UNANIMIDADE, O TOMBAMENTO DO ENGENHO CORREDOR, EM PILAR, NA PARAÍBA, PARA INSCRIÇÃO NO LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO E NO LIVRO DO TOMBO DE BELAS ARTES.** O Presidente então franqueou a palavra aos demais participantes. O **Superintendente do Iphan na Paraíba, Emanuel Oliveira Braga**, fez uso da palavra, relatando que o processo de tombamento se iniciou em 1985, e hoje é com grande prazer e satisfação que está sendo concluído. Fez votos de vida e saúde à família hoje dedicada à preservação, à gestão do bem e fazem ações de educação patrimonial importantes. A filha Ana Claudia confidenciou que o pai não estava satisfeito que o tombamento saísse na gestão do governo anterior. Ficou feliz que foi nesse governo que o tombamento ocorreu, pois coroa uma história de militância e ativismo cultural. Fogo morto e fogo vivo que precisa se tornar cada vez mais vivo. Agradeceu aos arquitetos do Iphan, Raglan Rodrigues Goldim e Giovani da Silva Barcelos, que é um bálsamo ter uma equipe tão boa, um bálsamo rememorar esse lado literário do Iphan, que foi fundado com grande participação de literatos. É importante recuperar a ancestralidade de suas memórias, que tem relações profundas com vidas sociais nos engenhos, memórias que não são boas, de resistência, de sofrimento. Além disso, há questões socioambientais muito expressivas nesse caso do engenho: a área do rio Paraíba sofre com questões políticas, pois se estabeleceu um tipo de uso predatório do rio, que hoje encontra-se bastante assoreado devido à produção e questões de terra. O tombamento tem uma linguagem oficial, mas precisa ser visto pela ótica da Constituição Federal de 1988, para que todos os lados envolvidos sejam contemplados, de uma maneira positiva para todos. Gilberto Freyre narrava como era a relação da ama de leite com os filhos, como o corpo era utilizado por esse menino, aborda muito bem e faz a crítica. Viva o Engenho Corredor, viva as comunidades do patrimônio imaterial de seu entorno, em torno de Pilar, na Paraíba. Passou-se então a palavra à arquiteta **Valéria Veras**, neta de José Lins do Rego. Valeria Veras agradeceu muito, se mostrou muito lisonjeada, agradeceu muito a explanação do professor Gustavo Rocha-Peixoto, muito bom saber de colegas que estudam essa questão. Disse ser essencial que haja interação de políticas públicas vinculadas à educação nas escolas. A literatura de seu avô é uma literatura que condiz exatamente com uma referência histórica, deve estar junto com atuação com crianças. Como família, irão sempre se colocar nesse grande apoio. Disser ser também importante realçar que há necessidade de trabalhar a questão biográfica de José Lins do Rego como um arquivo. Esse preenchimento do Engenho Corredor com apoio da família, apesar de haver um grande centro cultural, obra de Sérgio Bernardes, para obra de Jose Lins do Rego, existem muitos trabalhos a serem realizados. Ela mencionou que já estava em contato com a Paraíba para trazer esse tema da cultura

afrobrasileira, que está presente em todos os momentos, em todos os romances. Como família e como arquiteta se colocou à disposição para fortalecer no Engenho Corredor essa casa de trocas. O Presidente agradeceu a Valéria Veras pelas palavras. Passou-se então ao segundo item da pauta: o Processo de **TOMBAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DA CAPITAL FEDERAL**, cujo relator foi o Conselheiro Cristovam Buarque. O Presidente saudou as lideranças de Planaltina; os educadores presentes; o senhor Alcides Euflausino de Paula, conselheiro da Associação dos Produtores Rurais da Pedra Fundamental – APREF; o senhor João Macedo, Diretor da Associação dos Produtores Rurais da Pedra Fundamental; a senhora Alaíde Oliveira do Nascimento, Presidente do Partido dos Trabalhadores de Planaltina e assessora parlamentar do Deputado Chico Vigilante; a senhora Leilane Rebouças, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; o professor Nilvan de Vasconcellos, da Associação de Planaltina e Entorno; o senhor Robson Eleutério, do Museu da Pedra Fundamental; a senhora Iassana Rodrigues Soares, também do Museu da Pedra Fundamental; o senhor Felipe Vitelli, do Ecomuseu da Pedra; o senhor Atanagildo Brandolt, Presidente do Instituto Latinoamerica; e a senhora Gladys Buarque. Passou a palavra ao DEPAM e a coordenadora-Geral Vanessa Maria Pereira fez uma exposição sobre o bem (documento SEI 6726033). Após a apresentação do DEPAM, o **Conselheiro Relator Cristovam Buarque** agradeceu muito ter sido indicado para ser relator, disse ter sido uma honra poder fazer isso, agradeceu a equipe do Iphan, a exposição que já reflete bem a justificativa técnica para o tombamento, mencionou que o Brasil já havia mudado a capital antes. Muitos países mudam sua capital. Não somos o primeiro país a modificar de capital, para uma nova e planejada. Vários países já fizeram isso também. Mas nenhum outro país fez essa transferência com o esforço do Brasil. Uma nova capital tão distante da anterior. Já moravam colonos nesse local antes de Brasília existir, mas é uma área isolada. Nenhum outro país fez um plano urbanístico tão ambicioso, uma transferência de capital como uma epopeia. Isso é inusitado do ponto de vista do mundo inteiro. Uma epopeia arquitetônica, uma epopeia da ocupação do Planalto Central, há mais de mil quilômetros de onde havia centros urbanos. Brasília mudou o Brasil. Colocou a provação sobre como será que seria o Rio de Janeiro se ainda fosse capital hoje, se teria hoje cinquenta milhões de habitantes. Brasília conseguiu desviar esse fluxo migratório. Nenhum outro país teve uma pedra fundamental do que seria a capital futura tantos anos antes de essa capital existir. Em geral, as transferências vieram de revoluções, de independências. A do Brasil veio de uma reflexão. Disse estar feliz em defender o tombamento da Pedra Fundamental, que é um símbolo. Brasília foi uma vontade coletiva. Não foi do Juscelino Kubitscheck, foi vontade política forte, diante de oposições que existiram à época, frente à falta de recursos que existia à época, mas plasmou o inconsciente coletivo que já havia no Brasil há mais de cem anos. A Pedra Fundamental já deveria ter nascido tombada. Está conservada. Foi isso que ocorreu na prática. Isso faz com que a gente esteja fazendo o tombamento como lembrança e como esperança, que a pedra fosse um símbolo do futuro. O Brasil precisa ter uma Pedra Fundamental do que o Brasil será no futuro, com desenvolvimento justo, com escolas de qualidade independentemente da renda e do endereço, a Pedra Fundamental de um Brasil sem pobreza, com distribuição de renda justa, isso tudo do ponto de vista simbólico: ver a ideia que vem do passado e ver o futuro que queremos construir. O Presidente Leandro Grass agradeceu, afirmou ser sempre uma alegria escutar o Professor Cristovam Buarque, que a participação dele nesse processo é muito importante, do ponto de vista de legitimidade, que a comunidade tem lutado muito por esse tombamento, figuras históricas que não estão mais aqui conosco também lutaram muito por esse tombamento. Em relação à leitura do parecer, o Presidente esclareceu que regimentalmente é preciso fazer a leitura. O Conselheiro Cristovam Buarque fez então a leitura do parecer 6726120. O Presidente Leandro Grass agradeceu a belíssima memória histórica e civilizatória, da Pedra Fundamental da Capital Federal, agradeceu

à Superintendência do Iphan no Distrito Federal e à toda equipe técnica. A **Conselheira Sylvia Ficher** agradeceu ao Conselheiro Cristovam pela sua reflexão sobre a questão educacional, da qual é um permanente defensor. Assim como pela dimensão que deu para essa Pedra Fundamental, ao suscitar tantas questões, remeter a tantos temas presentes em um monumento tão modesto. Ela apontou três tempos sobre os quais esse monumento permite refletir: a data de 1922; a sua materialidade; e Brasília. Sobre Brasília, a dimensão da sua história, essa longa epopeia da transferência da capital para o planalto central, fruto de excepcional decisão geopolítica. Lembrou as palavras do Presidente Juscelino Kubitschek, o qual dizia que o Brasil era costurado pelo litoral e que Brasília iria costurá-lo por dentro. A distribuição democrática do país mudou: Brasília é hoje a terceira metrópole do país. Sobre a materialidade, a placa que está lá na Pedra Fundamental foi desenhada por projetistas do Escritório Técnico do Engenheiro e Arquiteto Ramos de Azevedo, como informa correspondência assinada de seu próprio punho e datada de 1 de setembro de 1922. O texto esclarece que a execução da placa ainda não havia sido concluída, e sugere que esta seja montada após a inauguração, em data posterior a 7 de setembro. Por fim, sobre a data: 1922 marca o primeiro Centenário da Independência, efeméride brilhantemente comemorada no Rio de Janeiro com uma vasta exposição internacional na Praia Vermelha. São Paulo não poderia estar ausente com a abertura da Avenida Dom Pedro I indo do centro da cidade até as margens do Riacho do Ipiranga, onde foi então instalado o Monumento à Independência, em frente ao Museu Paulista, popularmente conhecido por Museu do Ipiranga. De menor relevo do que essas festividades, porém curiosamente recebendo maior atenção nos dias de hoje, deve-se apontar ainda a Semana de Arte Moderna. Tantas manifestações de peso tornam ainda mais grave a constatação de que o Bicentenário, o qual deveria ter sido comemorado em 2022, não foi objeto de nenhum evento equivalente, de igual importância. O **Conselheiro Rafael Morgado** parabenizou o Conselheiro Cristovam Buarque pelo parecer e pelo relato, disse que acompanha Cristovam Buarque desde criança, em campanhas, nas ruas, que é uma honra estar aqui ao lado, como conselheiro também. Falou da Pedra Fundamental como ponto de partida, marco de urbanismo e de arquitetura moderna, ressaltando que seu tombamento reforça ainda mais o caráter do local como atrativo turístico, com potencial para o turismo cívico e o turismo educacional. O **Conselheiro Ricardo Oriá** agradeceu ao Professor Cristovam pela leitura do parecer, e mencionou a questão da denominação, que vai para o livro do tombo. Na visão do Conselheiro, embora tenha se consagrado como Pedra Fundamental, na verdade o que se tem é um obelisco. Sugeriu o nome Obelisco Pedra Fundamental da Capital Federal. Nesse ano de 1922 em muitos locais, em Aracati por exemplo houve também a construção de um obelisco que hoje se chama obelisco do centenário. Estamos tombando um monumento histórico que tem a forma de um obelisco. O **Conselheiro Guilherme Bruno dos Santos**, da Fundação Palmares, mencionou ser muito significativo que o Conselho tenha indicado o Conselheiro Cristovam Buarque para ser relator deste processo porque é uma figura política das mais importantes da história do Distrito Federal, da história da Capital, e que é uma honra para ele estar como Conselheiro nesse Conselho juntamente com, ao lado de, como par, de Cristovam Buarque, que foi reitor da Universidade de Brasília, foi Governador do Distrito Federal em um período quando ele era criança nas ruas do Gama e para nós que somos brasilienses, frequentamos as ruas e os locais do Distrito Federal, tombar esse Pedra por uma pessoa que representa tanto, é uma oportunidade incrível. Como cidadão brasiliense, até muito mais do que como representante de Fundação Cultural Palmares, ele é muito grato por ser parte dessa história. O Presidente Leandro Grass complementou que o território da Pedra Fundamental da Capital Federal, em Planaltina do Distrito Federal, é também o território da Festa do Divino, de tradições centenárias, de um Centro Histórico belíssimo, que infelizmente vem passando muitas dificuldades, mas ainda é possível

reverter esse quadro de degradação. Um território que está nas Águas Emendadas, ou seja, tem uma importância gigantesca. Falou da refundação da Capital da República que precisa ser feita: Brasília foi criada para ser referência para o Brasil, mas infelizmente vem sofrendo retrocessos. Esse tombamento vai também cumprir esse propósito de apontar para o futuro. Agradeceu todos que fizeram pressão social e política e fizeram esse processo andar. Dito isso, colocou em debate a proposta do Conselheiro Ricardo Oriá sobre o termo Obelisco. Foi solicitado um esclarecimento técnico, para mencionar que não há objeção técnica à sugestão, mas a maneira como o bem reconhecido no Distrito Federal é Pedra Fundamental. O Conselheiro Ricardo Oriá retirou sua sugestão e passou-se à votação nominal. O tombamento foi aprovado por unanimidade. Votaram presencialmente os conselheiros Gustavo Rocha-Peixoto, Cristovam Buarque, Sylvia Ficher, Flávia Brito, Natalete Oliveira, Rafael Morgado, Nelson Inocência, Ricardo Oriá, Rafaela Felício e Damiane Santos. Votaram virtualmente (na modalidade remoto) Nádia Somekh, Luciana Gonçalves, Alessandra Ribeiro, Carlos Eduardo Comas, Marcia Chuva, Regina Abreu, Samara Candeia, Guilherme Bruno dos Santos, Flavio Carsalade, Isabela Oliveira Pereira e Tânia Verri. O Presidente proferiu o resultado: **DECLARO APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO, POR UNANIMIDADE, O TOMBAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DA CAPITAL FEDERAL**. O Superintendente do Iphan no Distrito Federal, **Thiago Perpétuo,** em nome da superintendência, se disse bastante contemplado pela decisão do Conselho, a Pedra Fundamental é um bem cultural já acautelado pelo ente local, o Governo do Distrito Federal, há possibilidades positivas de integrar essas possibilidades futuras, o que é mais importante é o modo como a própria comunidade está muito envolvida nesse processo, é um bem que tem grande significado para a população. Viu com muita alegria esse resultado e será possível trabalhar em conjunto com a comunidade. O Presidente Leandro Grass informou a todos que o próximo livro que o Iphan publicará será sobre Planaltina – DF. **Robson Eleuterio** fez um agradecimento especial pela aula que tivemos aqui hoje, o aspecto da soberania nacional, a importância para a unidade territorial do Brasil. Essa batalha vem desde 2012, quando a Pedra completava 90 anos, um representante do governo esteve lá e disse até que a chance seria nula de virar patrimônio nacional. Mas a comunidade a defendeu. O local se transformou em território cultural, utilizado frequentemente por estudantes, para aprender sobre a nossa história, a história do Brasil. A Pedra é também rota de grupos de caminhada, grupos de ciclistas, grupos de veículos quatro por quatro. Quando se fala de Brasil colônia, se vê momentos de interiorização da capital. É objeto de muitas pesquisas, a Pedra Fundamental da Capital Federal. O futuro é uma questão importante. Aquela área já é unidade de conservação, com poligonal definida, estão aguardando agora o plano de manejo. A Pedra Fundamental da Capital Federal tem tripla proteção: é patrimônio cultural do Brasil, patrimônio local e ambiental. Tem toda a questão cultural envolvida. Ressaltou como um monumento tão simples tem um significado tão grande. Foi construído em dez dias! Ordem de serviço saiu dez dias antes, foi inaugurado ao meio-dia do dia 7 de setembro de 1922. Ressaltou a questão da geopolítica, da necessidade de garantir a unidade territorial do Brasil, o movimento da população do litoral para o interior. Esse momento de aprovação do tombamento pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural é um momento muito importante, e essa questão do futuro agora precisa ser debatida. Agradeceu ao Leandro Grass, que os recebeu inúmeras vezes. Disse que agendarão a grande comemoração lá na Pedra, com a presença de todos. Mencionou a cápsula do tempo que está na Pedra, para ser desenterrada em 2122. Explicou que foi feito um concurso pelas escolas e muitos materiais importantes da nossa história estão na cápsula. Não houve comemoração do bicentenário da Pedra, mas houve a comemoração do centenário do movimento em defesa da Pedra. O Presidente agradeceu a presença de todos da comunidade, agradeceu aos relatores, aos conselheiros. Suspendeu a reunião, encerrando o primeiro dia conforme previsto, e

anunciou a retomada para o dia seguinte às 14h30. Na quarta-feira dia dezessete de setembro às 14h30 a sessão foi retomada. O Presidente deu as boas-vindas a todos e deu continuidade à 110ª reunião com o processo de **RERRATIFICAÇÃO PETRÓPOLIS – RJ**. Explicou novamente que houve dois pedidos de impugnação e passou a palavra ao Depam, para uma apresentação sobre Petrópolis, as várias alterações que o tombamento de Petrópolis sofreu ao longo dos anos, a atual proposta e os pedidos de impugnação. O Diretor Andrey Schlee mencionou que a proposta em análise é fruto de ao menos cinco reuniões públicas realizadas em Petrópolis - RJ, que contou a representação de vários grupos. Explicou que um pedido de impugnação foi encaminhado pela Companhia Petropolitana de Tecidos, que é uma fábrica de Petrópolis argumenta que a fábrica não deveria ser tombada. No entanto, a fábrica está tombada há décadas e a Procuradoria já atestou que a impugnação é improcedente. O outro pedido de impugnação é do Comitê Piabanha. Passou a palavra ao arquiteto **Frederico Araújo**, que já trabalhou no Escritório Técnico do Iphan em Petrópolis-RJ, hoje atua no Depam, está trabalhando com a norma para Petrópolis e participou da sequência de debates com a população local. Frederico Araújo fez uma detalhada explanação sobre o processo de rerratificação de Petrópolis (6726626 e 6728168). Passou-se a palavra à **Conselheira Relatora Tânia Verri**, que cumprimentou a todos, agradeceu por todo o apoio de todos, fez um especial agradecimento ao arquiteto Frederico de Araujo; a Marcel Victal de Pinho Santos, chefe do Escritório Técnico do Iphan na região serrana, em Petrólis-RJ; à Patrícia Regina Correa Wanzeller, Superintendente da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro-RJ. Afirmou que sem eles, não estaríamos aqui nesse fundamental e importante debate. Recebeu com muita honra e alegria a confiança do Conselho para proceder às análises, se sentiu privilegiada por conhecer esse grupo de técnicos que analisam Petrópolis com tanto detalhamento. Dessa dedicação nasce a capacidade de contar a nossa história, com plenitude, corpo e substância. É preciso falar sobre os objetos a serem preservados. Isso marca a forma como Iphan tem sido gerido de forma exemplar, demonstrando ampla compreensão de como se faz política preservacionista nos dias contemporâneos. Tratar as condições de conjunto não é tratar de somatória de bens isolados, mas sim construir a narrativa histórica. Nos deparamos muito recentemente com intervenções no processo, pedidos de impugnação que só chegaram ao conhecimento da relatora muito recentemente. Dito isso, a conselheira relatora propôs a possibilidade de não discutirem a matéria naquele momento, pois seria uma discussão incompleta, pois não houve tempo suficiente para avaliar as novas questões. Propôs a retirada de pauta, a prorrogação de prazo, para que seja possível analisar todos os documentos apensos ao processo, de forma ampla. O Presidente agradeceu a disponibilidade e a proposição, face ao pedido de impugnação, e submeteu a retirada de pauta ao Conselho. Nenhum(a) conselheiro(a) foi contrário à retirada de pauta, decidiu-se pela **RETIRADA DE PAUTA**. O Presidente propôs a data de 7 de outubro para Câmara Setorial de Patrimônio Material analisar a matéria e a data de 5 de novembro para reunião extraordinária do Conselho Consultivo exclusiva para esse processo. Todos manifestaram estarem de acordo. O **Conselheiro Gustavo Rocha-Peixoto** mencionou que o centro histórico de Petrópolis tem sido assolado por desastres naturais muito sérios e questionou se seria correto argumentar que a deterioração de algo já tombado há algum tempo implica não ser mais considerado tombado, por já ter perdido seu bom estado de conservação, uma postura técnica que o Conselheiro julga ser muito perigosa. Ficou satisfeito que haverá debate mais aprofundado nessas reuniões. A **Conselheira Flávia Brito** também manifestou alívio com a decisão do adiamento, pois de fato é um processo de grande importância para história institucional do Iphan. Com todo respeito ao trabalho entre a normalização e a rerratificação, ela entende que é preciso voltar ao processo, pois houve uma transformação dos valores no limite do destombamento. É preciso entender os valores

e características de um conjunto arquitetônico formador da história local. Manifestou sua preocupação, pois é necessário olhar para proteção dos rios do ponto de vista do patrimônio natural, sob a ideia dos valores e da memória na natureza. Natureza como memória. São duas mil páginas de processo, há no processo uma apresentação onde estão transcritas as perguntas que as pessoas que participaram das reuniões públicas fizeram. Aparecem perguntas que pedem para que não se exclua o campo de futebol, que tem relação com a memória operária, há falas que são totalmente contra essa proposta. É preciso entender melhor essas vozes dissonantes, quais os valores que estão implicados. Essa redução de 38% da área acautelada, com esse argumento da descaracterização, precisa mesmo ser mais bem debatida. O **Conselheiro Flávio Carsalade** se manifestou no mesmo sentido de Gustavo e Flávia, argumentando que o termo rerratificação não é um bom termo, pois se trata de um estudo de diretrizes de tombamento, e que caso se opte por ratificar todos os tombamentos que sofreram transformações ao longo do tempo, estar-se-ia abrindo precedentes muito complicados. O Presidente Leandro Grass agradeceu, saudou o esforço dos técnicos, no sentido de que essa normatização, que é um esforço institucional complexo, depende de amplo diálogo institucional com prefeitura, com moradores, com todos que têm a vida implicada no território. Não só no caso de Petrópolis, mas também Salvador, Olinda, Diamantina, Brasília na discussão de área de entorno. Tudo isso tem um foco único: o cidadão. Cidadão que muitas vezes não tem recursos, não tem condições. Às vezes circunstâncias decorrentes de ausência de normatizações. O vazio de normas traz maior risco de quebra de impessoalidade. Normatizar significa melhorar serviços prestados ao cidadão. É preciso esforços para alcançar a plenitude da cidadania. É preciso olhar em perspectiva sistêmica o papel do Iphan como instituição de Governo e de Estado, que presta serviço em primeiro lugar ao cidadão. Encerrado esse debate, passou-se a palavra à **Diretora do Departamento de Articulação, Fomento e Educação – DAFE/IPHAN, Cejane Pacine Leal Muniz**, que apresentou o papel deste Conselho Consultivo no Grupo Executivo da **Estratégia de construção participativa das bases do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural** (6726953). O Presidente agradeceu à Diretora Cejane e lembrou da importância de termos cada município, cada estado, com instrumentos adequados para efetiva participação social, com conselhos instituídos em cada nível federativo, com boas práticas da participação social na política de patrimônio cultural. Passou-se ao último ponto de pauta: o **lançamento da 2ª Edição do Manual de Aplicação: Inventários Participativos – 2025**. O Presidente falou da alegria de ver os inventários participativos sendo aplicados em todo território nacional, pois os inventários participativos são uma ferramenta também de gestão, que produz afetos, produz conhecimentos, muito importante. Passou a palavra ao Coordenador-Geral **Giorge Patrick Bessoni e Silva**, que explicou que pelos Inventários Participativos o Iphan convida a sociedade a se autoconhecer, se auto identificar, a refletir sobre ela mesma, sobre suas referências e seu patrimônio. Os inventários participativos são uma ferramenta poderosa de participação social e de pesquisa sobre patrimônio cultural. Há desde 2016 centenas de inventários realizados, em todo o território nacional. Agradeceu toda equipe da educação patrimonial e da editoração do Iphan, pela produção desse material, e à diretora Cejane Pacini Leal Muniz por essa oportunidade. A Diretora complementou a fala do Giorge Patrick, expondo várias ações que estão sendo desenvolvidas com a perspectiva de que cada vez mais esse trabalho dos inventários participativos possa ser aplicado nas escolas, nas universidades, ampliando essa perspectiva de educação patrimonial. Agradecer à equipe por todo o esforço, e fez votos que os conselheiros apoiem a iniciativa para que chegue a todo o território, para que o manual seja cada vez mais aplicado, como pesquisa, que possa trazer esse retrato dos territórios e das referências a partir desses inventários. O Presidente Leandro Grass convidou então três lideranças que tiveram experiencias exitosas com o manual de aplicação dos inventários

participativos. **Cayo Cezar de Farias Cruz**, Presidente do Centro de Folclore e Arte Popular de Caxias – MA, contou da experiência do pai dele, falecido em 2012, tendo se dedicado exclusivamente à preservação de saberes. Falou do Museu folclórico de Caxias, no Maranhão, dedicado à cultura popular e a difundir a sabedoria dos mestres, promovendo festivais com apresentações de cultura popular e oficinas com os mestres, além de atrações diversas, integrando espaços como museus e escolas. **Amalle Catarina Ribeiro Pereira**, Coordenadora do I Festival de Cultura Popular de Caxias, falou das várias etapas para produzir um inventário, que a princípio foi iniciado de maneira não participativa, mas depois desenvolveu-se um plano de atuação para realização de oficinas; e está agora na terceira etapa, realizando as oficinas para o inventario participativo. O inventario não diz respeito só a ela como antropóloga, mas a toda a equipe e a toda a comunidade. Há 21 voluntários, incluindo estudantes da Universidade Federal do Maranhão. Trata-se de um processo científico e ao mesmo tempo comprometido com as raízes de cada participante, levando os mestres e os saberes para o primeiro festival de cultura popular, que envolveu muita gente. Ao longo do processo fez-se de fato um inventario participativo, com transmissão de saberes, defesa dos materiais, levantamento bibliográfico, preocupação para evitar o desaparecimento. **Isaías Correia da Silva**, Produtor Cultural da Dança da Lili, em Caxias, falou da sua experiência como produtor cultural na construção de inventários participativos, uma experiência impactante, pois desde pequeno participava dessa parte cultural com o pai, afastou-se para estudos, pai faleceu e assumiu os grupos culturais que o pai era responsável, dando apoio a vários grupos culturais. Chegou no projeto já em andamento e o projeto é muito importante porque muitos só buscavam leituras e trabalhos científicos, e esse projeto vai ao produtor cultural e os aproxima do projeto, focado em culturas populares. Estão fazendo oficinas, dando oportunidade aos jovens, que são alcançados nas escolas, promovendo experiências e trazendo essa história da riqueza cultural, dando continuidade a essa herança rica e enorme. O **Presidente Leandro Grass** agradeceu e houve uma salva de palmas pela satisfação ver o manual dos inventários participativos sendo aplicado na sociedade. A **Conselheira Flávia Brito** parabenizou pela iniciativa da construção participativa do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural e se mostrou feliz em receber o manual dos inventários participativos pois ela já o aplicou, o aplica, e sabe que a iniciativa é o muito importante. Solicitou mais informações sobre a experiencia de Caxias. Giorge Patrick se comprometeu a enviar e publicar no site do Iphan. A **Conselheira Sylvia Ficher** se disse muito impressionada com a proposta do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, que vai até os municípios, diante de sua preocupação com a elaboração de grandes planos que raramente serão iniciados, quanto mais concluídos. A seu ver, um enfoque mais eficiente é de planos pontuais, para questões pontuais, conforme as peculiaridades de cada localidade. Sobre os Inventários Participativos, disse ser um passo maravilhoso por uma valoração das bases locais. Mas lembrou que não é possível fazer planejamento urbano apenas de baixo para cima, é preciso ter também um ponto de vista mais técnico que permita consubstanciar as ideias em projetos. Por outro lado, não há motivo nem condições para um pequeno município ter um quadro técnico extenso, o que leva à necessidade de permanente apoio federal. Por fim, parabenizou algumas das recentes administrações do IPHAN por terem ampliado o entendimento do que seja patrimônio cultural, afastando-se de seus critérios históricos originais de caráter excludente e elitista. O **Presidente Leandro Grass** respondeu que é se quer chegar exatamente ao nível de todo município ter quadro técnico adequado. Deu o exemplo de Olinda, com bom arquiteto, bom urbanista, bom historiador. Em Xapuri, no Acre também há excelentes quadros. Para que essa maturação aconteça, são muitos arranjos que precisam ser feitos, dizendo respeito sobre qual o lugar do patrimônio no desenvolvimento sustentável do Brasil. Patrimônio deve ser visto como desenvolvimento social, deve ser pensando em conjunto ao saneamento básico, à política ambiental. Tem um movimento

institucionalizado, mas tem também o movimento a partir da base. Se não houver o movimento a partir da base, não tem legitimidade. Queremos que futuros candidatos sejam questionados por seus eleitores sobre propostas para o patrimônio cultural, aí sim teremos alcançado esse arranjo institucional e de base. O **Conselheiro Rafael Morgado**, do Ministério do Turismo, complementou agradecendo e afirmando ser necessário integrar as diversas políticas públicas. As praias são nosso principal atrativo turístico. Praia é bem comum, pertence à Uniao, é gratuita, bem do povo, cabe à União fazer a gestão das praias, e a União tem atuado de forma descentralizada. A Secretaria do Patrimônio da União - SPU tem o Projeto Orla, no qual o município passa a ser responsável pela gestão das praias, fazendo um termo de adesão à gestão de praias, com plano de gestão integrada, totalmente participativo. A população decide como gerir a praia. Assim, a gestão das praias passa a ser trabalhada de forma urbanística, sustentável, respeitando a paisagem. Trata-se de um programa muito interessante, da SPU em parceria com o Ministério das Cidades, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Turismo. Turismo é atividade econômica que corresponde a quase oito por cento do Produto Interno Bruto - PIB nacional. Metade da população brasileira vive a até cinquenta quilômetros do litoral. É preciso também no patrimônio trabalhar de forma descentralizada, descentralizando a gestão. O **Presidente Leandro Grass** falou das boas práticas de prefeituras para gestão de áreas tombadas, programas que envolvem crédito tributário, ocupação do centro, uso do solo, que já é de competência privativa municipal. Iphan estimula prefeitos a aderirem à lógica das boas práticas, com atrativo do Fundo Nacional de Patrimônio Cultural ou de uma conta para recepcionar recursos de diversas fontes e assim alimentar uma carteira que possa ser oriunda dos municípios, sob a condição de aplicação das boas ferramentas de gestão. Deu ainda o informe de que o Iphan está em processo de se transformar em Centro de Ciência e Tecnologia, para que possa concorrer a fundos para criação de conhecimento, em parceria com universidades. Encerrada a pauta e não havendo mais falas, o Presidente Leandro Grass agradeceu a participação de todos, agradeceu aos(às) intérpretes de libras, agradeceu aos(às) conselheiros(as) e deu por encerrada a reunião; ficando lavrada por mim, Leila Giandoni Ollaik, no exercício do encargo de Secretária-Executiva do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a presente Ata, da qual dou fé e assino.

Leandro Antônio Grass Peixoto
Presidente do Iphan

Leila Giandoni Ollaik
Secretária-Executiva do Conselho

Alessandra Ribeiro Martins
Representante da Sociedade Civil

Carlos Eduardo Dias Comas
Representante da Sociedade Civil

Cristovam Buarque
Representante da Sociedade Civil

Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos
Ministério da Educação

Flávio de Lemos Carsalade
Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus ICOMOS

Fernanda do Nascimento Thomaz
Fundação Cultural Palmares

Flávia Brito do Nascimento
Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB

Givânia Maria da Silva
Representante da Sociedade Civil

Gustavo Rocha-Peixoto
Representante da Sociedade Civil

Isabela Oliveira Pereira
Ministério das Cidades

José Ricardo Oriá Fernandes
Representante da Sociedade Civil

Loredana Marise Ricardo Ribeiro
Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB

Luciana Gonçalves de Carvalho
Representante da Sociedade Civil

Márcia Chuva
Associação Nacional de História - ANPUH

Nádia Somekh
Representante da Sociedade Civil

Natalete Oliveira da Silva
Ministério da Cultura - MinC

Nelson Fernando Inocêncio da Silva
Representante da Sociedade Civil

Rafael Costa Morgado
Ministério do Turismo

Rafaela Alves Felício
Instituto Brasileiro de Museus – Ibram

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu
Associação Brasileira de Antropologia – ABA

Samara Candeira Pinho de Souza
Ministério da Igualdade Racial – MIR

Sylvia Ficher
Representante da Sociedade Civil

Tânia Nunes Galvão Verri

Observação: a íntegra da reunião está disponível no YouTube.
Dia 16 de setembro de 2025: https://www.youtube.com/watch?v=98CKH3TX_QY
Dia 17 de setembro de 2025: https://www.youtube.com/watch?v=99oK48gDVrw

Documento assinado eletronicamente por **Leila Giandoni Ollaik**, **Secretária-Executiva do Conselho Consultivo**, em 06/10/2025, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA GONCALVES DE CARVALHO**, **Usuário Externo**, em 06/10/2025, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **REGINA MARIA DO REGO MONTEIRO DE ABREU**, **Usuário Externo**, em 06/10/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Samara Candeira Pinho de Souza**, **Usuário Externo**, em 06/10/2025, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Costa Morgado Soares Braga**, **Usuário Externo**, em 06/10/2025, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MARCIA REGINA ROMEIRO CHUVA**, **Usuário Externo**, em 06/10/2025, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **RAFAELA ALVES FELICIO**, **Usuário Externo**, em 06/10/2025, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos**, **Usuário Externo**, em 06/10/2025, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Nadia Somekh**, **Usuário Externo**, em 06/10/2025, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Oriá Fernandes**, **Usuário Externo**, em 06/10/2025, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Leandro Antonio Grass Peixoto**, **Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, em 06/10/2025, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO DIAS COMAS**, **Usuário Externo**, em 07/10/2025, às 08:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Flávia Brito do Nascimento**, **Usuário Externo**, em 07/10/2025, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Tânia Nunes Galvão Verri**, **Usuário Externo**, em 07/10/2025, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Natalete Oliveira da Silva**, **Usuário Externo**, em 07/10/2025, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Isabela Oliveira Pereira**, **Usuário Externo**, em 07/10/2025, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Sylvia Ficher**, **Usuário Externo**, em 07/10/2025, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iphan.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **6757329** e o código CRC **5F8B3237**.